

Leis e PT saudações

10 FEV 2006



JOSÉ SARNEY

Senador
(PMDB-AP)

No Brasil fazem-se tantas leis que não temos lei nenhuma. Forjou-se até uma expressão de “que há lei que pega e há lei que não pega”. É impossível que haja algum jurista que saiba o que a lei em nosso país proíbe e não proíbe, faz e desfaz. Pior ainda, a lei, que é feita para regular as relações com a sociedade, não permite que ninguém saiba o que a lei obriga ou desobriga, ou que regula ou não regula. O que existe é um grande caos. Basta ver que nos nossos textos legislativos os artigos mais importantes são aqueles que remetem a outros artigos de outras leis, que por sua vez falam de outros dispositivos de outras leis, as que

são revogadas e as que permanecem em vigor.

Outra coisa que ajuda a tornar as leis brasileiras ambíguas, contraditórias e confusas é a péssima redação. Não falo de erros de português, mas da clareza do texto. São longas e barrocas. Parece até que são feitas com o objetivo principal de serem obscuras.

As medidas provisórias contribuíram até a exaustão, pela pressa e circunstância em que são editadas, para a péssima qualidade de nossas leis. Por outro lado, criou-se a consciência nacional de que tudo pode ser resolvido por meio de uma lei, de que o Congresso é a bacia das almas onde todos os pecados são perdoados e todos os males são resolvidos.

O exemplo maior de toda essa parafernália é a própria Constituição. Em qualquer lugar do mundo civilizado em que o Estado de Direito foi implantado, a Constituição é feita com o objetivo maior de ser permanente, duradoura. Há até um conceito dos

constituintes na aspiração de que as constituições permaneçam e sejam reguladoras e durem até “os filhos dos nossos filhos”. Nossa Constituição é longa, detalhista, imprecisa, híbrida (parlamentarista e presidencialista) e foi feita sem nenhuma preocupação verdadeira de ser permanente. A Constituinte foi pressionada e populista, com os olhos voltados para o passado e sem a visão maior do futuro. O resultado é que já temos, hoje, mais de 1.500 (!) emendas procurando remendá-la e cada remendo cria outro e há emendas para as emendas. O resultado de tudo isso é a avalanche de leis que todo dia se vota, leis algumas até ridículas. A lei maior e talvez a mais importante de todo parlamento, o orçamento, todo ano é uma luta imensa para votá-lo e só termina com concessões e acordos, para afinal ser uma peça virtual — para usar a palavra da moda — e fictícia — para socorrer-me da palavra precisa. O senador Antonio Carlos Magalhães tem um projeto de

orçamento impositivo que poderia ser uma solução, acoplada à reformulação da técnica de construção da lei de meios.

Veja-se, agora, o inusitado que estamos vivendo. Depois de tantos e tantos anos com a lei eleitoral, funcionando bem, vem uma “interpretação” do TSE nas eleições de 2002 sobre verticalização, palavra nova em matéria eleitoral, e abre um caso que, em vez de simplificar, tumultuou as eleições. E aos trancos e barrancos toca o Congresso a votar concertos e lacunas, como esse para cercar o caixa 2, que antigamente era o PF — não Polícia Federal nem prato feito — mas *por fora*. E a discussão é como colocar o “por fora” “por dentro”.

Por falar em sigla, o PT, que era classificação de avião ou ponto final de telegrama (PTsaudações) — agora passou a ser de empresa. Li num jornal “ações da PT sofrem...” Fui ler pensando que o PT já era feminino, mas era outra coisa: a Portugal Telefônica etc. e tal.

É. Está tudo embaralhado.